



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP**

ATA 18/2018

1 Aos 19 dias do mês de janeiro de 2018, às 10 horas, na sede do Ministério Público do Estado de
2 São Paulo, em São Paulo/SP, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-
3 Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes os
4 Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado
5 de Santa Catarina, Presidente do CNPG; Dra. Kátia Rejane de Araújo Rodrigues, Procuradora-
6 Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Márcio Augusto Alves, Procurador-Geral de Justiça do
7 Estado do Amapá; Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Dr.
8 José Eduardo Sabo Paes, representando o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e
9 Territórios; Dr. Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás; Dr. Luiz
10 Gonzaga Martins Coelho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr. Mauro
11 Benedito Pouso Curvo, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr. Alexandre
12 Magno B. Lacerda, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso do
13 Sul; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr.
14 Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Francisco
15 Seráfico Ferraz da Nóbrega, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Paraíba; Dr. Eliezer
16 Gomes da Silva, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Francisco
17 Dirceu Barros, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dr. Marfan Martins Vieira,
18 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Fabiano Dallazen,
19 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. Airton Pedro Marin Filho,
20 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia; Dra. Rejane Gomes de Azevedo Moura,
21 representando a Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Roraima; Dr. Gianpaolo Poggio
22 Smanio, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silva Almeida,
23 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira,
24 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Jaime de Cássio Miranda, Procurador-
25 Geral de Justiça do Ministério Público Militar; Dr. Rafael Dias Marques, representando o
26 Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Trabalho; Dr. Victor Hugo Palmeiro de
27 Azevedo Neto, Vice-Presidente da CONAMP; Dr. Paulo César dos Passos, do Ministério Público
28 de Mato Grosso do Sul; o Dr. Oswaldo D’Albuquerque L. Neto, do Ministério Público do Estado
29 do Acre; e o Dr. Fernando da Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPG. **INICIADOS OS**
30 **TRABALHOS:** O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença de todos e
31 cumprimentando a Dra. Katia (PGJ/AC) pela eleição e dando-lhe as boas vindas ao colegiado. Em
32 seguida, concedeu a palavra ao Dr. Gianpaolo Smanio (PGJ/SP), o qual cumprimentou todos os
33 presentes, nominalmente, agradecendo a presença de todos os Procuradores-Gerais, registrando a
34 importância do evento para o MPSP. Em seguida, o Presidente sugeriu que o colegiado, antes da
35 discussão e deliberação acerca dos assuntos da pauta, estabelecesse uma pauta de interesse do
36 Ministério Público brasileiro para tratar com o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, na
37 reunião a ser realizada no período vespertino, com os membros da Comissão de Segurança



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2018

38 Pública presidida pelo Min. Alexandre de Moraes (STF). Na sequência, o Dr. Fabiano Dalazen
39 (PGJ/RS) ressaltou a necessidade de o Ministério Público brasileiro voltasse a buscar o
40 protagonismo na área da tutela penal, do combate à criminalidade organizada, ao tráfico de
41 drogas, do sistema penitenciário, dentre outras, sobretudo para que a Instituição não seja afetada
42 por iniciativas externas de outros órgãos, mas, sim, protagonizadas pelos Procuradores-Gerais,
43 que tem condições de elaborar essa agenda com o Presidente da Câmara e outras lideranças,
44 abrindo um diálogo que venha a consolidar e fortalecer a atuação do Ministério Público dos
45 Estados, liderando um processo importante de fortalecimento da atuação do Ministério Público na
46 área penal, sobretudo no presente ano, diante da necessidade de discussão de propostas concretas
47 em período eleitoral, a serem apresentadas nos Estados e, neste momento, à Comissão Legislativa
48 de Segurança Pública presidida pelo Min. Alexandre de Moraes. Em seguida, o Dr. Gianpaolo
49 Smanio (PGJ/SP) manifestou sua preocupação para que os encaminhamentos a serem feitos pelo
50 CNPG tenham em consideração que se trata de uma comissão de natureza legislativa, devendo-se
51 atentar para que sejam formuladas propostas de alteração legislativa, com enfoque na atuação do
52 Ministério Público na área da segurança pública. O Dr. Gilberto Valente Martins (PGJ/PA)
53 demonstrou sua preocupação para que eventual consulta à classe passe pelo crivo posterior dos
54 Procuradores-Gerais, a fim de que não ocorram encaminhamentos de propostas inexecutáveis ou
55 inadequadas. O Dr. Plácido Barroso Rios (PGJ/CE) corroborou a manifestação do Dr. Fabiano
56 Dalazen (PGJ/RS), informando a necessidade de aprimoramento da legislação penal, para que se
57 possa combater o crime do século XXI com instrumentos modernos de persecução penal, devendo
58 o Ministério Público brasileiro, por meio do CNPG, apresentar um série de propostas de
59 alterações legislativas que possam demonstrar à sociedade e às instituições a importância do
60 fortalecimento do Ministério Público para que se possa alcançar o fortalecimento da efetividade
61 do combate à criminalidade das organizações criminosas. Para tanto, sugeriu a criação de um
62 grupo de trabalho especificamente para a consolidação das propostas a serem encaminhadas pelo
63 CNPG à referida comissão. O Dr. José Rony (PGJ/SE) expressou sua opinião no sentido de que o
64 Ministério Público deveria propor a necessária alteração do tipo penal do homicídio qualificado,
65 para fins de aumentar a pena. O Dr. Plácido Barroso Rios (PGJ/CE) informou que a prioridade de
66 qualquer reforma legislativa deveria estar concentrada na reforma do sistema penitenciário. O Dr.
67 Gianpaolo Smanio (PGJ/SP) se comprometeu, como membro da comissão legislativa, em trazer
68 ao conhecimento do colegiado todas as propostas que forem discutidas no âmbito da mencionada
69 comissão, para discussão do CNPG. O Dr. Francisco Dirceu (PGJ/PE) registrou a importância da
70 participação do Ministério Público nos trabalhos de referida comissão, sobretudo diante do
71 alijamento da instituição nas últimas discussões que ensejaram alterações legislativas recentes,
72 que influenciaram negativamente a atuação da instituição. O Presidente manifestou sua
73 preocupação no sentido de que até o dia 13/3, data da próxima reunião ordinária do CNPG, sejam
74 as propostas analisadas e validadas pelo CNPG, diante do cronograma dos trabalhos da comissão
75 legislativa. Em seguida, o Dr. Benedito Torres (PGJ/GO) cumprimentou a todos e registrou o



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2017

76 convite para o lançamento do Plano Geral de Atuação do MPRO. Além disso, registrou sua
77 opinião no sentido de que não é possível se discutir propostas de melhoria na área da segurança
78 pública sem uma discussão sobre as necessárias modificações orçamentárias. Afirmou, ainda, que
79 uma das principais questões a serem encaminhadas pelo colegiado diz respeito à positivação do
80 *plea bargain* do direito norte-americano e europeu, para possibilitar ao Ministério Público o
81 protagonismo e a efetividade da tutela penal. O Dr. Fabiano Dalazen (PGJ/RS) informou que, em
82 sua opinião, as propostas do CNPJ não deveriam ficar restritas às propostas de alteração
83 legislativa, para abranger, igualmente, propostas a serem encaminhadas ao Judiciário e outros
84 órgãos, como, por exemplo, a necessidade de criação de varas especializadas em crime
85 organizado, com atuação estadualizada. Pelo Dr. Paulo Passos (MP/MS), por sua vez, foi
86 manifestada sua preocupação no sentido de que o Ministério Público possa apresentar propostas
87 de alterações legislativas, bem como de políticas públicas na área da segurança pública, mediante
88 a constituição de uma comissão, com prazo exíguo para a apresentação dos trabalhos. O Dr. Luiz
89 Gonzaga (PGJ/MA) manifestou sua concordância com a proposta do Dr. Paulo Passos (MP/MS).
90 Em seguida, o Dr. Oswaldo D'Albuquerque (MP/AC) informou sua opinião no sentido de que
91 sejam feitas propostas concretas de alteração legislativa, que provejam desde o aumento de pena
92 para determinados crimes, até a necessidade de exame criminológico para a progressão de regime.
93 O Dr. Franciso Seráfico (PGJ/PB) manifestou sua preocupação no sentido de que as propostas
94 do CNPJ abarquem, especificamente, execução penal, controle de fronteiras, a aplicação da
95 Resolução 181 do CNMP e a reformulação do sistema de medidas sócioeducativas. Na sequência,
96 o Dr. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (Presidente eleito da CONAMP), agradeceu o Sr.
97 Presidente pela oportunidade de participar da reunião do colegiado, informando que a CONAMP
98 elaborou estudos acerca de cinco mudanças tidas por essenciais para uma maior efetividade do
99 sistema de tutela penal e penitenciário, a saber, a necessidade de aprimoramento do instituto da
100 colaboração premiada, a instituição do *plea bargain*, reformulação do regramento da prescrição
101 (exclusão da prescrição retroativa), a extinção da possibilidade de ação penal privada subsidiária
102 da pública, e a necessidade de reavaliação do sistema progressivo da pena. O Dr. Jaime de Cassio
103 Miranda (PGJ Militar) manifestou o apoio do Ministério Público Militar à iniciativa do CNPJ,
104 ressaltando a importância do encaminhamento de propostas que atendam aos interesses do
105 Ministério Público. O Sr. Presidente noticiou que vários estados estão apresentando ou vão
106 apresentar em breve problemas com a LRF, sendo possível a reposição de membros e servidores,
107 uma vez atingido o limite prudencial, apenas nas áreas de saúde, educação e segurança pública.
108 Por essa razão, embora o MP não possa ser enquadrado propriamente como um órgão de
109 segurança pública, seria importante enquadrá-lo legislativamente como um órgão essencial à
110 atividade de segurança pública do Estado, de modo a viabilizar a construção de um entendimento
111 favorável à política de gestão de pessoal dos Ministérios Públicos, assim como conceituá-lo como
112 um órgão que realiza atividade de risco, valorizando a atuação de seus membros. Tais aspectos
113 deverão ser analisados pela Comissão Especial do CNPJ. Ficou deliberado pela realização de



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2018

114 uma reunião extraordinária do CNPG, no próximo dia 27/2 (terça-feira), no período matutino,
115 quando a Comissão Especial do CNPG, formada pelos Doutores Gianpaolo Poggio Smanio
116 (PGJ/SP), na condição de presidente, Plácido Barroso Rios (PGJ/CE), Francisco Dirceu (PGJ/PE),
117 Fabiano Dalazen (PGJ/RS), Benedito Torres (PGJ/GO), Paulo Passos (MP/MS) e Kátia Rejane de
118 Araújo (PGJ/AC), deverá apresentar às propostas a serem encaminhadas à comissão legislativa.
119 **ITEM 1)** Aprovação da Ata n. 17, de 25 de janeiro, referente à Reunião Ordinária ocorrida na
120 sede do MPT; Aprovada, por unanimidade. **ITEM 2)** Discussão sobre os trabalhos da Comissão
121 Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6726, de 2016, do Senado Federal, que
122 "regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da
123 Constituição Federal" (PL 6726/16): Iniciada a discussão, a matéria será novamente discutida na
124 próxima reunião do colegiado, a realizar-se no dia 27/2, com a finalidade de ser elaborado um
125 memorial, a ser entregue ao Supremo Tribunal Federal. **ITEM 3)** Apresentação, pelo Ministério
126 Público do Estado do Pará, de Nota Técnica sobre o Procedimento de Estudos e Pesquisas n. SEI-
127 CNMP 19.00.3331.0005017/2017-69, que trata da fixação de "diretrizes para orientações sobre a
128 atuação da Corregedoria Nacional e pelas Corregedorias das Unidades do Ministério Público para
129 a realização de quebra de sigilos em geral, como fiscal, bancário, telefônico e telemático",
130 distribuído na Reunião Ordinária de 25-01-2018: Aprovada, por unanimidade, com a necessidade
131 de acrescer os Procuradores-Gerais de Justiça, no item 7, e, no item 15, encerrar o período no
132 ponto e vírgula. **ITEM 4)** Apresentação, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, de Nota
133 Técnica sobre a Proposição n. 1.00943/2017-33, que trata da seguinte Proposta de Enunciado: "Os
134 membros do Ministério Público, na qualidade de agentes políticos, assumem o compromisso,
135 inerente a seu cargo, de se manterem à disposição dos jurisdicionados, em regime de trabalho que
136 lhes impõe dedicação especial, sem que tal disponibilidade seja acompanhada de qualquer
137 retribuição adicional àquelas já percebidas, seja mediante pagamento em espécie, seja mediante
138 concessão de folgas", distribuída na Reunião Ordinária de 25-01-2018: Retirado de pauta, a
139 pedido do Dr. Eliezer Gomes da Silva (MP/PR). **ITEM 5)** Apresentação, pelo Ministério Público
140 do Estado do Rio Grande do Sul, de Nota Técnica sobre o Procedimento de Estudos e Pesquisas n.
141 SEI-CNMP 19.00.3331.0005407/2017-15, que trata da "apresentação de propostas e orientações
142 sobre a atuação do Ministério Público brasileiro, em suas Escolas Institucionais, no que se refere
143 ao estágio probatório de membros da Instituição, de modo a abranger a gestão da formação
144 humana, os cursos de ingresso, os cursos de vitaliciamento, a avaliação, a orientação e a
145 fiscalização pelas Corregedorias", distribuído na Reunião Ordinária de 25-01-2018: Aprovada,
146 por unanimidade, com a necessidade de alteração, para a coordenação do curso seja feita pelo
147 Diretor do CEAF ou outro membro indicado pelo respectivo Procurador-Geral de Justiça. **ITEM**
148 **6)** Acompanhamento Processos CNMP: Ofício n. 1263/2017-GAB/PGJ, de 11 de dezembro de
149 2017, do Ministério Público do Estado de Alagoas, sobre a Proposição n. 1.00126/2015-31 e
150 Proposição n. 0.00.000.000241/2018-81, retirado da pauta de 25-01-2018, a pedido do
151 interessado: Retirado de pauta, por não haver representante do MP/AL presente na reunião. **ITEM**



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2018

152 7) Acompanhamento Processos CNMP: Ofício n. 1087/2017/PGJ, de 30 de novembro de 2017, do
153 Ministério Público do Estado do Pará, sobre a Proposição n. 1.00294/2016-71 e Proposição n.
154 0.00.000.001222/2014-53, retirado da pauta de 25-01-2018, a pedido do interessado: Ambas as
155 proposições foram relatadas pelo Dr. Gilberto Valente Martins (PGJ/PA). A Proposição n.
156 0.00.000.001222/2014-53 perdeu o objeto. **ITEM 8)** Indicação de representante no Grupo de
157 Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-GERCO, liderado pela Marinha do Brasil: Aprovada,
158 por unanimidade, a delegação da escolha ao Presidente do CNPJ, de membro do Ministério
159 Público brasileiro, com perfil adequado à representação. **ITEM 9)** Distribuição da Proposta de
160 Recomendação apresentada pelo Conselheiro Gustavo do Vale Rocha, que dispõe sobre a "criação
161 e/ou adequação de Unidades de Controle Interno e Auditoria Interna no Ministério Público",
162 registrada como Proposição n.1.01180/2017-93, que está sob a relatoria do Conselheiro Demerval
163 Farias Gomes Filho: A matéria foi distribuída ao MP/PE, que elaborará minuta de nota técnica a
164 ser submetida à análise do colegiado na próxima reunião do CNPJ. **ITEM 10)** Distribuição da
165 Proposta de Enunciado apresentada pelo Conselheiro Gustavo do Vale Rocha, que "Dispõe sobre
166 a possibilidade de nomeação para cargo em comissão na vigência de concurso público de Analista
167 do Ministério Público", registrada como Proposição n.1.00960/2017-61, que está sob a relatoria
168 do Conselheiro Silvio Amorim: A matéria foi distribuída ao MP/MS, que elaborará minuta de
169 nota técnica a ser submetida à análise do colegiado na próxima reunião do CNPJ. **ITEM 11)**
170 Distribuição da Proposta de Enunciado apresentada pelo Conselheiro Gustavo do Vale Rocha, nos
171 seguintes termos: "Estão excluídos das vedações da Resolução n. 01/05 do CNMP os ex-cônjuges
172 ou ex-companheiros", registrada como Proposição n.1.00984/2017-75, que está sob a relatoria do
173 Conselheiro Silvio Amorim: A proposta de enunciado por aprovada, por unanimidade. **ITEM 12)**
174 Apresentação de minuta de Nota Técnica sobre o Art. 1º, § 2º da Resolução n. 179, de 26 de julho
175 de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que abrange regulamentação,
176 pelo CNMP, da atividade finalística do Ministério Público, por meio da admissão de celebração
177 de termo de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa:
178 Retirado de pauta. **ITEM 13)** Assuntos Gerais: 13.1. Diante da gravidade do momento vivenciado
179 pelo Ministério Público brasileiro, foi aprovada pelo colegiado a recomendação de mobilização
180 permanente dos Srs. Procuradores-Gerais em Brasília, nos próximos dias, para o
181 acompanhamento das matérias de interesse do Ministério Público que tramitam atualmente no
182 Congresso Nacional, bem como dos julgamentos que serão realizados no Supremo Tribunal
183 Federal; 13.2. O Sr. Presidente agradeceu, uma vez mais, a presença do Dr. Victor Hugo Palmeiro
184 de Azevedo Neto (Presidente eleito da CONAMP), concedendo-lhe a palavra. O Dr. Victor Hugo
185 afirmou que a situação vivenciada atualmente é periclitante, sendo extremamente importante a
186 participação e mobilização de todas as lideranças do Ministério Público, e dos Procuradores-
187 Gerais de Justiça em especial, no acompanhamento administrativo, judicial ou legislativo das
188 matérias de interesse institucional. O Presidente qualificou como indispensável a realização do
189 corpo-a-corpo de todas as lideranças do Ministério Público brasileiro em Brasília, nos próximos



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2018

190 dias e meses, sobretudo diante da mudança da pauta do governo, que deixou de lado a reforma da
191 previdência, podendo retomar outros assuntos de difícil composição, como o extrateto e o abuso
192 de autoridade; 13.3. Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Dr. Lauro Machado
193 Nogueira (Conselheiro do CNMP), o qual agradeceu a oportunidade de participar da reunião do
194 colegiado, manifestando sua satisfação em retornar ao CNPG na condição de Conselheiro
195 indicado pelo colegiado. O Conselheiro manifestou sua preocupação com o momento atual. Em
196 relação às informações solicitadas por meio do Ofício n. 001/2018/CCAF-CNMP, da Comissão
197 de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP, o Conselheiro Lauro Nogueira informou que
198 se tratam de informações que foram requisitadas pela Comissão do Extrateto, reafirmando a
199 importância do atendimento das informações, na forma em que fora solicitado. Com relação à
200 revisão da Resolução 178 do CNMP, após a deliberação em plenário quanto à suspensão do seu
201 cumprimento, informou que a matéria foi distribuída ao Conselheiro Gustavo do Vale Rocha,
202 sendo necessária, possivelmente, uma articulação visando o acompanhamento da votação em
203 plenário. O Conselheiro registrou, ainda, a importância do acompanhamento de um julgamento
204 que está sendo realizado pelo CNMP em sede de uma reclamação de preservação da autonomia,
205 entre o MP/ES e o Ministério Público do Trabalho, no qual verifica-se uma tendência de alguns
206 conselheiros no sentido de se reconhecer a atribuição da PGR na definição de conflito de
207 atribuição entre Ministérios Públicos. O Dr. Gianpaolo Smanio (PGJ/SP) relatou episódio
208 envolvendo a atuação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que se encontra pendente
209 de julgamento no CNMP, e que já foram coletados votos suficientes para o reconhecimento da
210 tese em favor da autonomia do Ministério Público dos Estados, solicitando à Presidência do
211 CNPG uma gestão em torno do julgamento de tal procedimento de reclamação para a preservação
212 da autonomia. No mesmo sentido, informou o Dr. Gianpaolo Smanio (PGJ/SP) que se encontra
213 em julgamento, no Supremo Tribunal Federal, um mandado de segurança que tem por objeto o ato
214 da Procuradora-Geral da República que, em sede de resolução de um conflito de atribuições entre
215 o MP/SP e o MPF, determinou a sustação de um inquérito civil em tramitação, solicitando, do
216 mesmo modo, a intervenção do colegiado em favor da tese que preserva a autonomia do
217 Ministério Público dos Estados. A esse respeito, o Dr. Paulo Passos (MP/MS) sugeriu o ingresso
218 dos Ministérios Públicos dos Estados como *amicus curiae* em referido mandado de segurança,
219 considerando-se os efeitos altamente negativos que podem advir do reconhecimento da
220 possibilidade de “sustação” de um inquérito civil em tramitação, pela Procuradoria-Geral da
221 República, o que não é dado nem sequer aos próprios Procuradores-Gerais. O Conselheiro Lauro
222 Machado Nogueira ainda relatou a respeito da intenção do CNMP na realização de uma revisão de
223 diversas resoluções e recomendações ainda em vigor e que necessitam de revisão, dentre as quais
224 uma recomendação para que os Ministérios Públicos busquem se estruturar administrativa,
225 financeira e funcionalmente para atuação junto aos Tribunais Superiores, solicitando a
226 manifestação do colegiado, a qual foi distribuída ao Dr. Antônio Sérgio Tonet (PGJ/MG), que
227 ficou encarregado de elaborar uma nota técnica, a ser apresentada na próxima reunião do CNPG,



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP

ATA 18/2018

228 para ser encaminhado ao Conselheiro Lauro Nogueira, que se encontra com vista do
229 procedimento. Resolução 181 CNMP; a redação encontra-se em vigor, com as modificações
230 introduzidas pela Resolução 183 CNMP; 13.4. Na sequência, o colegiado recebeu os integrantes
231 da comissão instaurada pela Câmara dos Deputados para propor alterações na legislação que
232 permitam melhorar o combate ao tráfico de drogas e de armas. O grupo terá quatro meses para
233 elaborar um anteprojeto com medidas investigativas, processuais e de regime de cumprimento de
234 pena. O Grupo é formado pelo desembargador Cesar Mecchi Moraes, presidente do Conselho de
235 Política Criminal e Penitenciária; a defensora pública da União Érica de Oliveira Hartmann; o
236 procurador-geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio; o
237 subprocurador-geral da República, José Bonifacio Borges de Andrada; a promotora de Justiça da
238 Bahia Mônica Barroso Costa; e os advogados Patrícia Vanzolini, Renato da Costa Figueira e
239 Renato de Mello Jorge Silveira (ausente). Em seguida, o Presidente agradeceu nominalmente a
240 cada um dos membros presentes da comissão e concedeu a palavra ao Ministro Alexandre de
241 Moraes, que fez uma análise do cenário legislativo atualmente existente, expondo os principais
242 pontos críticos a serem enfrentados pela comissão. O Dr. Gianpaolo Smanio (PGJ/SP) informou a
243 criação da comissão especial do CNPG, com a finalidade de auxiliar os trabalhos da comissão
244 legislativa. Em seguida, entregou ao Min. Alexandre Moraes (Presidente da comissão), uma série
245 de sugestões legislativas elaboradas pelo MP/SP, a serem também submetidas à análise e
246 validação do CNPG, além de uma nota técnica a respeito da nova LEP, que está em tramitação no
247 Congresso. Em seguida, o Presidente informou da intenção do CNPG em encaminhar suas
248 propostas à comissão legislativa ainda no mês de fevereiro, como forma de contribuir para o
249 fortalecimento das políticas de segurança pública, com a incorporação de proposições legislativas
250 que tragam maior efetividade à tutela penal e ao combate à criminalidade organizada e à
251 macrocriminalidade, colocando o Ministério Público como uma instituição essencial à segurança
252 pública no País. Em seguida, o Dr. Plácido Barroso Rios (PGJ/CE) registrou a importância de que
253 os trabalhos da comissão legislativa tivessem em conta a necessidade de que o espectro de
254 investigação da comissão fosse ampliado para contemplar alterações no Estatuto da Criança e do
255 Adolescente, igualmente. O Min. Alexandre Moraes informou que a comissão analisará medidas
256 que compõem um projeto de lei que já tramita no congresso, para o fim de contemplar o aumento
257 do tempo de internação nos atos infracionais graves, a retirada dos adolescentes que completam
258 18 anos do convívio com os demais adolescentes, em alas separadas, além de outras medidas para
259 proporcionar uma maior contenção de adolescentes. Pelo Dr. Francisco Dirceu (PGJ/PE) foi
260 registrada a importância do instituto do *plea bargain* (acordo de não persecução penal) para a
261 desobstrução e celeridade da tutela penal, além de proporcionar maior efetividade, com o que o
262 Min. Alexandre de Moraes manifestou sua concordância, informando que irá incluir tal medida no
263 relatório da comissão legislativa, pela relevância do instituto, considerando-se a experiência norte-
264 americana e europeia. O Dr. Paulo Passos (MP/MS) demonstrou sua preocupação com o aumento
265 do número de homicídios, em 800%, nos oito meses que se seguiram ao assassinado do líder do



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 19/02/2018 – SÃO PAULO/SP**

ATA 18/2018

266 tráfico de drogas e armas em Pedro Juan Caballero (Paraguai), na fronteira com Ponta Porã,
267 exemplificando, com isso, a importância de um combate mais eficiente ao tráfico nas fronteiras,
268 tendo o Min. Alexandre de Moraes concordado com a necessidade de uma política mais eficiente
269 de controle, o que será submetido à análise da Presidência da República. O Dr. Gilberto Valente
270 Martins (PGJ/PA) expôs a importância de medidas concretas de aperfeiçoamento da persecução
271 dos crimes dolosos contra a vida, para o fim de tornar sua tramitação mais célere. Além disso,
272 entende prudente seja feita uma revisão do alargamento da competência da Justiça Militar para
273 alguns crimes, para os crimes dolosos contra a vida, mantendo-os na justiça comum. Por fim, eu,
274 Fernando da Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPJ, lavrei esta ata, a qual vai assinada por
275 mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério
276 Público dos Estados e da União presentes.

X

Rodrigues

RF

[Signature]

Amnon Moura

[Signature]

RF

Rony H. Silva

[Signature]